

O Futuro Ficou mais Distante

Pedro Jaime Ziller Araújo

Coordenador Geral do Sinttel-MG.

Formado em Engenharia Elétrica pela UFMG, com extensão universitária em Análise de Sistemas pela Petrobrás/PUC-RJ.

Chefiou a Assessoria Especial de Sistemas da Telebrás em 1978/79.

Foi gerente de Planejamento de Rede Metropolitana da Telemig em 1996/97.

Área de interesse: Política de Telecomunicações, de Informática e Sindical

PALAVRAS-CHAVE

Privatização – Telecomunicações – Democratização da informação

RESUMO

Este artigo faz uma crítica à entrega das estatais brasileiras de telecomunicações ao capital privado a partir dos seus reflexos negativos para a democratização do acesso público à informação.

INTRODUÇÃO

A informação é o motor a explosão do século XXI. A linha que separará as nações soberanas das dependentes, o atraso do desenvolvimento, a abundância da miséria, passa justamente pelo domínio e pelo controle dessa jazida de valor incalculável. Eis por que o acesso à informação precisa ser garantido desde já a todos os povos e classes sociais, e não apenas aos que hoje ostentam recursos e poder.

Era esse pressuposto que orientava as atividades das empresas estatais brasileiras de telecomunicações até pouco antes da privatização. No Brasil, onde os recursos são escassos face às enormes demandas sociais, as estatais do setor adotaram o sistema de *subsídio cruzado*, sistema que permitia financiar serviços deficitários e regiões mais pobres com os lucros auferidos em

tecnologias de ponta, grandes clientes e metrópoles, para estender os serviços de telecomunicações aos mais longínquos rincões nacionais.

“No resto do mundo, embora o método de financiamento possa variar em função da relativa escassez ou abundância de recursos, a lógica essencial permanece a mesma: o grande investidor que assegura a universalização do acesso à informação é o Estado. Foi assim nos Estados Unidos, onde a Internet, hoje utilizada por milhões de usuários em todo o mundo, nasceu por iniciativa do governo para impulsionar a comunicação eletrônica dos meios militares, de segurança nacional e, posteriormente, de educação. Em seguida, o grande salto da construção da supervia de informação, naquele país, deveu-se, mais uma vez, à iniciativa governamental, conforme plano apresentado por Bill Clinton e seu vice-presidente Al Gore numa reunião com pesos pesados da economia norte-americana em dezembro de 1992.”¹

Na França, o processo de informatização dos catálogos telefônicos, conduzido pela estatal France Télécom, exigiu pesados investimentos em hardwares e softwares, garantindo o desenvolvimento da telemática e a popularização do acesso a bases de dados, através do sistema de videotexto, precursor dos serviços de acesso a bancos/base de dados públicos. Paralelamente, o governo francês, através da France Télécom, implantou uma extensa rede de comunicação por pacotes, destinada a atender a demanda crescente criada com o serviço de videotexto.

Isso não ocorreu à toa. Como disse Herbert Schiller, professor de comunicação da Universidade da Califórnia, “quando o acesso à informação é definido pelo poder de pagar, as divisões na sociedade se acentuam”. Para Schiller, “uma vez retiradas do ambiente social e transformada em produto à venda, a informação necessária deixa de estar disponível. (...) Com a destruição da informação pública, as próprias bases da democracia desaparecem”.²

2. MÃOS DADAS

À medida que cresciam os investimentos nesse corpo híbrido de telecomunicações e informática, acentuava-se a evidência de que ambos os setores caminhavam na mesma direção. Na última década, o ritmo rumo ao ponto de convergência foi violentamente acelerado, não só sob o ponto de vista do capital, mas também nos campos da pesquisa, desenvolvimento, equipamentos e prestação de serviços. Chegamos hoje a um ponto em que parece pouco provável que se consiga diferenciar nitidamente se determinada atividade pertence à área de informática ou é típica de telecomunicações. Por exemplo,

¹ Artigo de John Markoff no *The New York Times* de 24/01/93.

² Entrevista à revista *Leia*, editada pela Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações em 1993.

os serviços bancários chamados *home banking* ou o acesso *on line* a informações de setores públicos como o Detran e as declarações de IR seriam absolutamente impensáveis sem o casamento e o entrelaçamento das tecnologias e profissionais das duas áreas. Essa intensa simbiose conduz forçosamente ao fato de que a entrega das telecomunicações ao setor privado implica em inegáveis prejuízos também à informática pública brasileira.

SÉRIOS DANOS

Quer examinemos a privatização do Sistema Telebrás pela ótica econômica, quer a analisemos pelo prisma social, o modelo adotado pelo governo Fernando Henrique para liquidar as empresas públicas do setor trouxe implicações desastrosas para o nosso país. O vigoroso parque industrial que se ergueu em torno das atividades do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD, sediado em Campinas) chegou a movimentar US\$ 10 bilhões em 1997.³ Com a inscrição *made in Brazil*, produtos de alta tecnologia como as centrais digitais, fibras óticas e a exclusiva telefonia pública a cartão indutivo, desenvolvidos inteiramente no Brasil, espalharam-se por dezenas de países, desde a vizinha Argentina até além da muralha da China. Hoje, esse patrimônio portentoso está se esfacelando. Empresas nacionais do porte de uma Promon, Batik ou Zetax foram parar em mãos estrangeiras (a primeira adquirida pela Nortel e as outras duas pela Lucent), para serem transformadas em entreposto comercial de pacotes fechados produzidos no exterior. Negócios menores, na falta de mercado e de compradores, simplesmente estão fechando as portas.

No CPqD, a situação não é menos desanimadora. O abandono das atividades de pesquisa e desenvolvimento vai legar a esse centro de excelência o destino de um mero prestador de serviços, o que vai acabar convertendo-o, em poucos anos, num órgão burocrático sem função. Para “começar”, o projeto das centrais Trópico – de maior envergadura e de equivalente sucesso – já foi retirado da esfera do CPqD e transplantado para a iniciativa privada.

FORA DO ALCANCE

Não é difícil tampouco aquilatar os danos causados pela privatização das telecomunicações à informação pública diretamente sobre programas sociais como saúde e educação. A morte das teles públicas estancou no nascedouro projetos interministeriais de telemedicina e educação a distância em regiões carentes, para os quais seriam utilizados recursos de vídeos e teleconferência.

³ Dados do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas (Sintpq).

Isso não se confunde com eventuais operações envolvendo tal tecnologia, ocorridas eventualmente em grandes centros nacionais. Referimo-nos a políticas semelhantes à adotada em Montana (EUA), onde um centro telemédico do Estado atende populações carentes em locais desprovidos de recursos clínicos adequados,⁴ ou como no Texas⁵ (teleducação), onde mais de 50 localidades são beneficiadas com ensino técnico e superior através do sistema de videoconferência, serviço mantido em mais de 60% com recursos do Estado do Texas e o restante pela Associação de Ex-Alunos e empresas da região.

Fica claro que a popularização da Internet também fica seriamente prejudicada, uma vez que empresas privadas jamais investiriam a fundo perdido em telecentros para a população de baixa renda.

Diferentemente da estreita ótica privada, que trabalha com o horizonte da obtenção de meros lucros no curto prazo, o país poderia colher resultados incalculáveis, a médio e longo termo, de investimentos sociais de tamanha importância, possibilitados por instrumentos como o subsídio cruzado.

Sem isso, o acesso popular aos recursos da informática fica dificultado, quando não adiado *sine die*. Trocando em miúdos, esfuma-se na distância o futuro que queremos para nosso país.

KEYWORDS

Privatization – Telecommunications – Democratization of the information

ABSTRACT

This article makes a critic to the delivery of the state Brazilians of telecommunications to the capital deprived starting from its negative reflexes for the democratization of the public access to the information.

⁴ Publicação da VTEL Corp, fabricante de equipamentos de videoconferência.

⁵ Relatório Anual [1995] da Texas A&M University, 1996.